

PIX novamente sob ataque



» DÃO REAL PEREIRA DOS SANTOS
Presidente do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional)

Há cerca de um ano e meio, o Pix sofria seu primeiro ataque massivo. Uma enxurrada de fake news, liderada pelo deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), fez milhares de brasileiros acreditarem que seriam tributados em suas movimentações financeiras. As consequências desse episódio tiveram reflexo imediato na economia real, impulsionando o governo federal a adiar em sete meses a implementação de uma Instrução Normativa da Receita Federal essencial no combate ao crime organizado e que nada tinha a ver com qualquer taxaço do Pix. Essa normativa apenas amplia para fintechs obrigações de prestação de informações que já tem sido exigida dos bancos tradicionais e que fortalece mecanismos de rastreamento de operações utilizadas em esquemas de lavagem de dinheiro e ocultação patrimonial.

Agora, o governo norte-americano, por meio do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), afirma que o Banco Central do Brasil teria criado uma situação de concorrência desleal ao desenvolver, operar e regular o sistema, supostamente prejudicando empresas norte-americanas de pagamentos eletrônicos. Ou seja,

um governo estrangeiro ataca de forma explícita o Pix para proteger interesses privados de seu país.

Embora tenham origens distintas, ambos os episódios revelam o mesmo fenômeno: a tentativa de atacar uma política pública que transformou e facilitou a forma como os brasileiros movimentam o seu dinheiro.

O argumento do governo norte-americano parte de uma premissa de mercado que em nada se encaixa no caso brasileiro. O Pix é apenas uma solução pública para pagamentos e movimentações financeiras e não constitui uma empresa estatal disputando clientes com empresas privadas. Trata-se de uma infraestrutura pública de pagamentos. O que o tornou um fenômeno popular, utilizado por 170 milhões de pessoas, é o fato de que é barato, instantâneo e acessível para toda a população.

Vale ressaltar que o Pix, antes de mais nada, é uma política pública de inovação, desenvolvida por servidores públicos — ou seja, pelo Estado brasileiro. Em nada impede a competitividade de bancos, fintechs ou aplicativos; pelo contrário, ele promove a democratização financeira da população. Desde a sua chegada, estima-se que o meio de pagamento foi responsável pela inclusão de 49 milhões de pessoas no sistema financeiro, permitindo que eles acessem serviços bancários tradicionais.

O Pix movimentou R\$ 26,4 trilhões em 2024, o equivalente a quase duas vezes o produto interno bruto (PIB) do Brasil naquele ano. Pode-se afirmar que se trata de uma das políticas públicas de maior alcance já criadas no país, que facilita processos e está integrada no dia a dia da população

e nos processos da administração pública. Hoje, contribuintes que informam chave Pix vinculada ao CPF recebem prioridade na restituição do Imposto de Renda (IR). O maior lote de restituição da história do país, destinado a 8,7 milhões de contribuintes, utilizou esse mecanismo para tornar os pagamentos mais rápidos e eficientes.

Ou seja, o Pix passou a fazer parte do financiamento estatal. Seu sucesso técnico foi tamanho que, em pouco tempo de existência, já foi incorporado ao aparato burocrático do Estado, facilitando o pagamento e o recebimento de impostos que, posteriormente, se tornam políticas públicas, como saúde, educação e benefícios sociais.

Talvez, o incômodo norte-americano revele uma dificuldade de adaptação e de conhecimento da realidade brasileira. Em um país em que a renda média da população é de pouco mais de R\$ 3 mil mensais, faz todo o sentido priorizar a redução de custos referente aos meios de pagamento. Durante décadas, consumidores e comerciantes foram obrigados a conviver com custos elevados de transferência, taxas de cartões e soluções que não cabiam em seu orçamento e que esterilizam parte dos recursos da economia real.

O Pix demonstrou que é possível construir uma alternativa mais simples e gratuita. Por isso, mudou a realidade de milhões de brasileiros e se transformou em um verdadeiro patrimônio nacional. Atacar o Pix é, em certa medida, como atacar o Sistema Único de Saúde (SUS), as universidades públicas ou outras políticas de interesse coletivo, em favor dos interesses do mercado financeiro internacional.

Hora de sancionar a lei da Caatinga



» SERGIO LEITÃO
Advogado, diretor-executivo do Instituto Escolhas, foi assessor para temas indígenas e ambientais do Ministério da Justiça e diretor-executivo do Instituto Socioambiental

» RAFAEL GIOVANELLI
Gerente de Pesquisa do Instituto Escolhas, doutorando e mestre em direito e Desenvolvimento pela FGV Direito SP

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que viveu na pele os desafios da seca no sertão nordestino, tem diante de si a oportunidade de corrigir uma omissão histórica e transformar a recuperação da Caatinga em um compromisso permanente do Estado. A sanção do Projeto de Lei (PL) 1990/2024, aprovado pelo Congresso Nacional, instituirá a Política Nacional para Recuperação da Vegetação da Caatinga, criando o primeiro marco legal brasileiro voltado especificamente à recuperação de um bioma.

A importância dessa decisão vai muito além do ambientalismo. O que está em jogo é a construção de uma estratégia nacional de desenvolvimento para o semiárido, baseada em segurança hídrica, produção sustentável de alimentos, geração de empregos, adaptação às mudanças climáticas e combate à desertificação.

A Caatinga nunca recebeu atenção proporcional à sua relevância. Durante décadas, foi tratada como uma paisagem de escassez, quando, na realidade, constitui a infraestrutura ecológica que sustenta a vida de milhões de nordestinos. Reservatórios, rios, sistemas produtivos e centros urbanos dependem diretamente dos serviços ambientais prestados por esse bioma.

A degradação da vegetação nativa compromete a infiltração de água no solo, reduz a produtividade agrícola, amplia os efeitos das secas e aumenta a vulnerabilidade econômica das populações rurais. Recuperar a Caatinga, portanto, é a forma mais eficiente de fortalecer as condições materiais que permitem o desenvolvimento do Nordeste.

A nova lei é particularmente relevante porque oferece algo que faltou à Caatinga: estabilidade institucional. Programas governamentais são importantes, mas podem ser reformulados, reduzidos ou até descontinuados ao longo do tempo. Uma política pública prevista em lei cria compromissos permanentes para o Estado brasileiro, estabelece objetivos claros, orienta a atuação dos diferentes órgãos públicos e oferece maior estabilidade para investimentos públicos e privados.

A lei também tem potencial para fortalecer a prioridade da recuperação da Caatinga na disputa pelos recursos públicos. Ao instituir uma política nacional específica, o Congresso cria fundamentos mais sólidos para que ações voltadas à recuperação do bioma sejam incorporadas ao planejamento governamental e recebam apoio financeiro contínuo ao longo dos anos.

Essa estabilidade é particularmente importante porque a recuperação da vegetação exige investimentos de longo prazo. Nenhum processo de restauração acontece em um único ciclo orçamentário ou durante um único mandato presidencial. São esforços que precisam atravessar governos e se consolidar como compromisso permanente da República.

A sanção presidencial também permitirá conferir unidade a uma série de iniciativas já em andamento. Nos últimos anos, medidas como o Programa Eco Invest Brasil, Programa Sertão Vivo, a iniciativa Floresta Viva — Caatinga Viva, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas na Caatinga (PPCaatinga), o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg) e o Plano Clima começaram a direcionar recursos e atenção ao semiárido. A nova lei oferece uma referência comum para integrar esses esforços e ampliar sua efetividade.

Os resultados potenciais justificam plenamente essa decisão. Estudo do Instituto Escolhas indica que cerca de 1 milhão de hectares degradados no Nordeste possuem potencial de recuperação. A restauração dessas áreas pode gerar aproximadamente 465 mil empregos, produzir mais de 7 milhões de toneladas de alimentos e gerar quase R\$ 30 bilhões em receitas líquidas. São benefícios econômicos, sociais e ambientais que ultrapassam as áreas diretamente restauradas.

O tema também ganha relevância crescente no cenário internacional. Em agosto deste ano, a Mongólia sediará a Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, da qual o Brasil é signatário. Em todo o mundo, governos buscam soluções capazes de enfrentar simultaneamente degradação da terra, insegurança alimentar, escassez hídrica e mudanças climáticas. O semiárido brasileiro tem muito a contribuir para esse debate.

Ao aprovar o PL 1990/2024, o Congresso Nacional reconhecendo que a recuperação da Caatinga é uma questão estratégica para o futuro do país. Agora, cabe ao presidente da República concluir esse processo.

Há um simbolismo raro nessa decisão. O retirante pernambucano que deixou o semiárido para escapar das limitações impostas pela seca tem agora a oportunidade de transformar a recuperação da Caatinga em prioridade nacional. Ao fazê-lo, o presidente Lula inaugurará um novo capítulo da história do Nordeste, em que a seca e a degradação deixam de ser vistas como destino inevitável, e o desenvolvimento sustentável da região se torna um objetivo estratégico do país.



O futuro não está na polarização



» EDUARDO PEDROSA
Deputado distrital (União Brasil)

Existe um erro histórico que a centro-direita brasileira precisa ter a coragem de reconhecer. Durante décadas, enquanto a esquerda disputava universidades, movimentos estudantis, sindicatos, produção cultural, editoras e espaços de formação intelectual, a direita concentrou seus esforços nas eleições, na economia e na gestão pública. A esquerda pensava em décadas. A direita pensava em governos. E, talvez, seja impossível compreender o Brasil de hoje sem entender essa diferença.

A política não começa na urna. Ela começa muito antes, nos lugares onde uma geração aprende a interpretar o mundo. Foi isso que Antonio Gramsci percebeu ao desenvolver o conceito de hegemonia cultural. Quem influencia a educação, a cultura e os formadores de opinião influencia a forma como a sociedade pensa. E quem influencia a forma como a sociedade pensa acaba, inevitavelmente, influenciando a política.

Essa percepção não foi exclusiva de Gramsci. Ao longo do século 20, diferentes correntes políticas compreenderam a importância estratégica da

disputa de narrativas, da formação de lideranças e do controle sobre os espaços de produção intelectual. Durante a Guerra Fria, a própria KGB investiu em operações de influência e disputa de narrativas no exterior. O que aconteceu no Brasil, porém, não foi fruto de nenhuma conspiração. Foi algo mais simples e mais poderoso: ideias viajaram. Intelectuais brasileiros estudaram na Europa, entraram em contato com Gramsci, Foucault e diversas correntes críticas do pensamento ocidental, e trouxeram essas referências para as universidades, os sindicatos, os movimentos sociais e a burocracia estatal.

Parte da esquerda compreendeu a importância estratégica desses espaços e investiu na formação de professores, pesquisadores, lideranças estudantis e intelectuais. A direita acreditou que crescimento econômico e bons governos seriam suficientes para sustentar suas ideias. Não foram.

O resultado mais visível dessa assimetria talvez seja a própria polarização que paralisa o país. Deixamos de discutir produtividade, inovação, educação, competitividade, ciência e desenvolvimento para nos consumir em guerras culturais intermináveis. A esquerda vê fascistas em todo lugar. A direita vê comunistas em todo lugar. E o Brasil fica parado no meio.

As redes sociais ampliaram o acesso a ideias e criaram espaços de debate. Mas vídeos curtos e conteúdos virais não constroem transformações duradouras. As grandes mudanças culturais da história foram forjadas em livros, universidades,

centros de pesquisa e ambientes permanentes de produção de conhecimento.

Se a centro-direita quiser construir algo que sobreviva ao próximo ciclo eleitoral, precisará voltar a disputar esse terreno. Não para substituir uma hegemonia de esquerda por uma hegemonia de direita, mas para reconstruir o pluralismo que deveria ser a essência da universidade. Uma universidade saudável é aquela onde Gramsci e Thomas Sowell possam ser estudados, debatidos e criticados lado a lado. Onde diferentes visões de mundo coexistam sem que nenhuma delas seja tratada como moralmente superior às demais. O objetivo da educação não é produzir militantes. É produzir cidadãos capazes de pensar.

Essa questão tem consequências que vão muito além da política. Enquanto o Brasil exporta madeira, minério e soja, os países mais desenvolvidos nos vendem tecnologia, patentes, software e máquinas. Exportamos matéria-prima; eles capturam o valor. Mudar essa equação exige uma sociedade capaz de gerar conhecimento, e isso começa pela qualidade e pelo pluralismo da nossa formação intelectual.

O futuro não está na polarização. Está na capacidade de formar uma sociedade intelectualmente livre, capaz de debater sem cancelar, discordar sem destruir e competir sem transformar adversários em inimigos. A grande disputa do século 21 não será vencida por partidos. Será vencida pelas sociedades que conseguirem formar melhor suas próximas gerações. Essa é uma tarefa que não pertence à esquerda nem à direita. Pertence ao Brasil.